

Reservas externas não crescem em 83

ARNOLFO CARVALHO
Da Editoria de Economia

Mesmo com o novo empréstimo externo de US\$ 3,6 bilhões a US\$ 3,9 bilhões que está sendo negociado com os bancos estrangeiros, o Brasil chegará ao final do ano sem conseguir melhorar a posição de suas reservas internacionais, que não apresentarão nenhum ganho dentro do novo programa das contas externas combinado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de acordo com a estimativa feita ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas.

"Estamos agora trabalhando sem a preocupação de elevar as reservas" — afirmou, admitindo que foi abandonada a meta anterior, em que se esperava um aumento líquido nas reservas da ordem de US\$ 800 milhões este ano. Pelos números apresentados ao FMI, por ocasião da assinatura do acordo original, as reservas internacionais brasileiras fecharam com um déficit de US\$ 1,5 bilhão no final do ano passado, mas deveriam chegar a dezembro próximo com um saldo positivo de US\$ 1,5 bilhão.

NOVO JUMBO

Após a reunião do Conselho Monetário Nacional, quando foi apresentada aos conselheiros uma visão geral das novas contas do orçamento monetário revisto em função do aumento da inflação, Galvêas negou que a meta de crescimento zero do Produto Interno Bruto (PIB) este ano — acertada com o FMI — vá representar uma compressão na demanda interna por bens e serviços. Perguntado se os representantes do setor privado no CMN manifestaram algum descontentamento com o PIB estagnado, Galvêas disse que "isto não foi colocado em discussão".

O ministro negou também que o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, esteja nos Estados Unidos com a missão de trazer de volta o novo empréstimo-jumbo que o Brasil está solicitando aos banqueiros privados. "O empréstimo — estimado até agora entre US\$ 3,6 bilhões e US\$ 3,9 bilhões — não vai ser fechado por Langoni, pois ainda estamos trabalhando na sua quantificação" — disse. Os novos recursos serão necessários, segundo Galvêas, para cobrir a deficiência registrada nos Projetos 3 (crédito comercial de curto prazo) e 4 (crédito interbancário para as agências de bancos brasileiros no exterior).

O ministro da Fazenda rebateu as críticas de que o Brasil estaria mais uma vez "negociando errado" com os banqueiros estrangeiros, ao pedir

menos do que realmente precisará este ano, garantindo que o País está negociando com a participação dos maiores e mais experientes bancos internacionais. "Acho que estamos negociando certo, e eles também (os banqueiros) estão negociando certo" — afirmou, explicando que estas negociações no momento limitam-se a determinar os valores exatos que serão solicitados.

Este trabalho estatístico "ainda depende de uma série de coisas", segundo ele, entre as quais o saldo da balança comercial que poderá ficar acima da meta original de US\$ 6 bilhões este ano. "Agora estamos trabalhando com a expectativa de um superavit em torno de US\$ 6,3 bilhões, enquanto o déficit em transações correntes do balanço de pagamentos deverá ficar em US\$ 7,7 bilhões até dezembro" — informou, ao comentar comentar os principais pontos que ele expôs aos membros do Conselho.

INFLAÇÃO

Na área interna, Galvêas reafirmou que está contando com a queda da inflação em consequência das últimas medidas do programa combinado com o FMI, de modo que em dezembro a taxa mensal deverá ficar em 5%. "Isto quer dizer que, em termos capitalizados, teremos uma inflação de 80% em doze meses" — argumentou Galvêas, embora admitindo que a inflação efetiva de 1983 fique em torno de 138% ou 140%. Para o próximo ano o governo espera baixar a inflação para 40% de acordo com o programa do FMI. Esta parte do programa de três anos não chegou a sofrer nenhuma alteração durante as últimas negociações, que se limitaram — segundo o ministro — a rever os números relativos a 1983.

O ministro informou ao CMN que o orçamento monetário deste ano está em fase de revisão, para ajustar às novas metas à taxa recalculada da inflação. Antes esperava-se inflação de 90% e expansão monetária de 60%. Agora, com o aumento da inflação — que Galvêas atribui principalmente à maxidesvalorização de fevereiro — foi preciso rever as demais metas. Assim, joga-se agora com inflação de 138% e com PIB zero, enquanto a expansão da base monetária (emissão primária de moeda) e dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos) deve chegar a 90% ao final de dezembro. A partir desta nova programação monetária, foram ampliados todos os itens do orçamento, como as aplicações do Banco do Brasil para crédito rural, exportação e energia.

Langoni negocia com bancos

Washington — O presidente do Banco Central, Carlos Langoni, iniciou ontem em Washington uma série de negociações para conseguir um empréstimo de 3,6 bilhões de dólares, destinados a cumprir os vencimentos da dívida externa brasileira. Langoni irá hoje para Nova Iorque, onde se entrevistará com os representantes dos 14 principais bancos comerciais credores do Brasil.

O fato de Langoni ter decidido passar primeiro por Washington — onde se encontrou com o presidente do Banco Central dos Estados Unidos, Paul Volcker, e com altos funcionários do Departamento do Tesouro norte-americano, do Fundo Monetário

Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Interamericano do Desenvolvimento —, poderia indicar que o Brasil espera conseguir uma participação das instituições públicas ou multilaterais, antes de entrevistar-se com seus credores privados.

A viagem de Langoni ocorre dois dias depois da conclusão de um acordo com o FMI, que permite a liberação da segunda parte, de 411 milhões de dólares, de empréstimos dessa instituição. O acordo permite ao Brasil procurar novos créditos internacionais para enfrentar sua dívida externa, que ultrapassa os 80 bilhões de dólares.